

A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E O DIÁLOGO INTERCULTURAL: NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA UNIVERSIDADE¹

INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA Y EL DIÁLOGO INTERCULTURAL: NUEVAS PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD

Gisele Ricobom♦

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar o papel da Universidade na integração regional. A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA é resultado de um contexto integracionista na América Latina em que se priorizam outros fatores do processo de integração que não apenas o mercadológico. Nesse sentido, faz-se necessário verificar quais as razões históricas e políticas da mudança do sentido da integração, que no presente artigo se denomina de integração autêntica, e ainda como esta nova Universidade pode contribuir com a própria integração e com a promoção do diálogo intercultural, aqui considerado instrumento para o funcionamento de uma Universidade que apresenta essencialmente um ambiente plural e diversificado, razão pela qual será apresentado os aspectos elementares da interculturalidade.

PALAVRAS-CHAVE: UNILA. Integração autêntica. Interculturalidade.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar el papel de la Universidad en la integración regional. El establecimiento de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana - UNILA es resultado de un contexto integracionista en América Latina en que se priorizan otros factores en el proceso de integración, que no sólo el mercadológico. En ese sentido, es necesario comprobar cuáles son las razones históricas y políticas del cambio del sentido de la integración, que en este artículo se llama por Integración auténtica, y aún cómo la nueva Universidad puede contribuir con la integración y con la promoción del dialogo intercultural, aquí considerado instrumento para el funcionamiento de una Universidad que en esencia presenta un ambiente plural y variado, razones por qué los aspectos básicos de la interculturalidad seran presentados.

PALABRAS CLAVES: UNILA. Integración auténtica. Interculturalidad.

¹Texto da aula Magna do Curso de Relações Internacionais das Faculdades do Brasil (UNIBRASIL) no ano de 2010. Recebido em 26 de maio de 2010.

♦Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, Espanha. Professora Visitante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Email: giselericobom@hotmail.com

Introdução

As novas iniciativas de integração da América do Sul e do continente latino-americano demonstram que há um esforço genuíno no sentido de aprofundar as relações regionais e superar em conjunto as problemáticas estruturais, na maioria das vezes similares, que enfrentam os países latino-americanos.

A criação da União dos países da América do Sul – UNASUL e da recente Comunidade da América Latina e Caribe, mais do que uma repetição de esforços de blocos regionais já existentes, representa uma etapa da integração que pode ser denominada de autêntica.

Primeiramente porque superam o modelo de integração econômica que tem como fórmula a criação de uma zona de livre comércio, objetivando alcançar um mercado comum ou uma união monetária e econômica, a exemplo da União Europeia. Com efeito, o propósito da UNASUL e da Comunidade da América Latina e Caribe são mais ambiciosos porque contemplam objetivos mais complexos e que levam em consideração as assimetrias e vulnerabilidades que afastam os países do caminho da integração. Estabelecer mecanismos para além do mercado é fundamental para superar definitivamente o ideário integracionista pautado na liberalização do comércio que teve expressão significativa no falecido projeto da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, tão almejado pelos governos neoliberais da década de noventa.

A autenticidade dessa fase integracionista se revela também pela opção de muitos governos latino-americanos em construir uma política externa independente da vontade dos países europeus e dos Estados Unidos, tradicionalmente ingerentes na região.

Há portanto um consenso político histórico que prioriza um processo de integração autêntico e mais profundo e que significa ampliar as relações em todos os seus aspectos, sejam eles políticos, sociais, econômicos e culturais e de forma não apenas intergovernamental.

Nesse sentido, um dos intercâmbios imprescindíveis para esta fase da integração autêntica é no âmbito universitário. A Universidade é uma das protagonistas na construção desse outro sentido da integração, seja por sua própria natureza na produção de conhecimento, como pelo ambiente fértil para o desenvolvimento do diálogo intercultural.

A criação de uma Universidade pensada e projetada para a integração é passo determinante para estimular essa etapa da integração autêntica. O Brasil tomou a iniciativa e criou em janeiro deste ano a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA sinalizando claramente que está disposto a aprofundar os laços educacionais com os países da região.

Pensar sobre esta nova Universidade, suas características, limites e desafios é o objetivo do presente artigo, cuja importância se revela não apenas pela novidade do tema, como também pela envergadura e dimensão de um projeto dessa natureza.

É também uma oportunidade para discutir a interculturalidade, já que a universidade é ambiente próprio para a prática do diálogo intercultural, razão pela qual se demonstrará no presente trabalho os aspectos iniciais sobre esse tema.

1. Etapas da consciência latino-americana

É bastante comum identificar em Simão Bolívar o surgimento de uma consciência latino-americana, em razão da realização do Congresso do Panamá em 1826 e por toda simbologia que a ideia de uma Confederação Americana idealizada pelo libertador expressa hoje para a integração do continente latino-americano.

Não obstante, para alguns autores um princípio de solidariedade do continente já havia sido deflagrado poucos anos antes com a Doutrina Monroe de 1823, que surgiu num contexto político de afirmação dos Estados Unidos no cenário internacional frente às potências monárquicas da Europa, auto-protegidas na Santa Aliança. Com efeito, para John Dreier a doutrina era “a semente de uma idéia grandiosa, que, de fato, concorreu de forma notável para o crescimento do Hemisfério unido.”²

²DREIER, John C. A Organização dos Estados Americanos e a crise no hemisfério. Tradução: George Gurjan. Rio de Janeiro: GRD, 1964. p.23.

Embora tenha assegurado a não-intervenção de Estados terceiros no continente americano e ainda declarado que o continente não seria mais suscetível de colonização, a doutrina não passou de declaração unilateral do então Presidente James Monroe com o intuito de assegurar os interesses norte-americanos na América Latina, notadamente sua expansão em direção ao México.

Em nenhum momento a doutrina foi invocada para a proteção de países latino-americanos em conflito com as potências europeias. Muito pelo contrário, os Estados Unidos, ao serem questionados por alguns países, afirmaram que não haviam prestado nenhum penhor ou garantia formal ao México ou a outros governos americanos no sentido de manter a doutrina se uma potência auxiliasse a Espanha, por exemplo. Não é por outra razão que a iniciativa de Bolívar de reunir os países de língua espanhola em uma Confederação com o objetivo de assegurar proteção conjunta contra os Estados europeus foi recebida com muita preocupação pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha.

Mesmo com todas as dificuldades, a Conferência do Panamá aconteceu sem a presença dos Estados Unidos, pois o representante nunca chegara, e resultou em alguns tratados, mas fracassou no propósito de manter uma unidade dos países de língua espanhola e tampouco logrou sistematizar alguma organização internacional, o que não retira a importância histórica do acontecimento.

O pensamento de Bolívar de um Estado latino-americano também encontrou obstáculos no próprio processo de emancipação das colônias espanholas que promoveu a fragmentação do continente em dezenas de Repúblicas independentes, perdendo assim unidade política-administrativa que possuía no período colonial, sem que houvesse qualquer possibilidade de substituir essa unidade por um governo único e próprio.³

Ademais, a independência promoveu a transferência dos centros de dominação, das metrópoles esgotadas, como Espanha e Portugal, para outras prósperas e poderosas, como Grã Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos, formando relações de dependência, principalmente econômica, que foram as bases da construção dos frágeis estados nacionais.

Assim, o ideário de uma nação federativa nos moldes norte-americanos era mais um desejo da elite independentista do que uma condição real das novas repúblicas, pois possuíam um caráter de abstração e inoperância, ainda que movido por um sentimento de unidade latino-americana que surge “da identidade cultural, do ressentimento comum contra o velho amo e o inimigo, do desejo compartilhado de usufruir das possibilidades criadas ou prometidas pela independência”⁴, mas que não possuía condições reais para se concretizar.

Depois da Conferência do Panamá, outras reuniões foram convocadas por alguns países, sempre na tentativa de viabilizar alguma forma de proteção em razão de uma fragilidade momentânea, é o caso do Congresso de Lima de 1847/1848 que ocorreu por temor de uma nova intervenção da Espanha do Equador e que assegurou uma ideia de segurança coletiva; a Conferência de Santiago em 1956 que teve resultados mais importantes para o direito internacional privado; e a Conferência de Lima de 1865 que ocorreu depois da invasão francesa ao México e cuja proposta era a criação de uma União Latino-Americana que fosse capaz de manter a paz e solucionar disputas fronteiriças. Essas Conferências Pan-Americanas, conhecidas como movimento pan-americanista, tiveram adesão de poucos países e não conseguiram consolidar nenhum projeto duradouro.

O término da guerra civil norte-americana permitiu que os Estados Unidos retomassem seus projetos para a América Latina e o movimento pan-americanista que outrora era desacreditado pelo governo norte-americano passou a ser liderado por este, afinal aderir à iniciativa interamericanista significaria abrir espaço aos produtos norte-americanos e assegurar as estratégias geopolíticas na região. Liderar o processo de “união” do continente era o caminho mais certo para impedir a independência política e comercial da América Latina e subjugar todo o continente.

³KAPLAN, Marcos. *El Estado Latinoamericano*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1996, p.41-43. Tradução da Autora.

⁴Ibidem, p.43.

Um ciclo de Conferências Internacionais e periódicas, que se iniciou com a Conferência de Washington de 1889 resultou primeiramente na criação do Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, de caráter eminentemente comercial. Posteriormente, o Escritório foi substituído em 1948 pela Organização dos Estados Americanos – OEA, sempre sob os auspícios dos Estados Unidos.

Portanto, o Sistema Interamericano é resultado da estratégia norte-americana para a região e não foi propriamente resultado de um esforço coletivo de construção de uma unidade latino-americana, como as Conferências e iniciativas anteriores tentaram fazer, o que impede, em grande medida, que a Organização se constitua como entidade legítima dos anseios latino-americanos ou ainda como ambiente próprio para o encontro de identidades, como se pode verificar ainda hoje.

Essa característica ficou ainda mais visível no período da guerra fria com a utilização instrumental da OEA pelos Estados Unidos para a chamada política de contenção do comunismo na América Latina, quando a Organização em nome da democracia representativa excluiu Cuba, ainda que os regimes ditatoriais pululassem em toda região.

É possível observar que a criação da Organização não expressou exatamente uma consciência da potencialidade latino-americana, seja por envolver os países da América do Norte ou por estar vinculada aos desígnios Estadunidenses. Não se pode negar, por outro lado, que a Organização avançou em alguns temas, como por exemplo em matéria dos direitos humanos, embora politicamente encontre dificuldades para se firmar como fórum representativo dos países latino-americanos. Nesse sentido, a impotência da OEA é congênita e alterar os rumos da Organização é uma tarefa complexa, senão impossível. Por essa razão, outros espaços com maior legitimidade foram ao longo do tempo sendo apresentados.

Outra etapa da consciência latino-americana ocorre a partir de uma estratégia econômica que alcança a primeira expressão institucional com a CEPAL em 1948 e com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 1959.

A década de sessenta foi marcada pelo movimento integracionista. As iniciativas de integração foram sustentadas por dirigentes de organizações internacionais como José Antonio Mayobre da CEPAL, Felipe Herrera do BID, Carlos Sanz de Santa María, da Aliança para o Progresso e Raúl Prebisch, na época do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social.⁵

A proposta economicista fundamentava-se na liberalização de mercados pela criação de zonas comerciais cujos processos foram deflagrados pelo Mercado Comum Centro-Americano e pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, ambos de 1960.

A necessidade da liberalização dos mercados para atender os princípios do capitalismo então em marcha seguiu a tendência europeia de se estabelecer o processo de integração regional por meio de etapas que se inicia com uma zona de livre comércio, transforma-se em união aduaneira, para ao final consolidar um mercado comum onde se garantam as quatro liberdades, quais sejam, de pessoas, bens, serviços e capitais. Com a União Europeia o último estágio da integração passou a ser uma união monetária e econômica.

Por essa razão, a zona de livre comércio foi o modelo adotado pelos blocos regionais que se desenvolveram a partir da década de sessenta na América Latina, sempre tendo como objetivo o estabelecimento de um mercado comum.

Com efeito, o tratado de Montevideu de 1980, constitutivo da Associação Latino-americana de Integração – ALADI estabelece em seu artigo 1º que o objetivo da Associação é “a longo prazo o estabelecimento, em forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.”

Da mesma forma, o Tratado de Assunção de 1991 que cria o MERCOSUL dispõe em seu artigo primeiro que o Mercado Comum implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, embora na prática se saiba que é uma união aduaneira imperfeita.

Os processos de integração brevemente citados constituem a aproximação de medidas governamentais que priorizaram o aspecto comercial da integração. No entanto, não se pode negar que no processo de desenvolvimento desses blocos outros temas e novos mecanismos foram sendo criados na tentativa de

⁵Ver: MAYOBRE, José Antonio. Hacia la integración acelerada de América Latina: proposiciones a los presidentes latinoamericanos. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965.

incluir na agenda dos países aspectos não previstos nos tratados constitutivos, mas que são imprescindíveis para o aperfeiçoamento da integração.

Nesse sentido, o MERCOSUL possui grupos de trabalho vinculados aos seus órgãos principais que tem por função debater temas como os direitos humanos, trabalho, meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia e apresenta um mecanismo importante para redução das assimetrias estruturais dos países do bloco, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM criado em 2004 tem por objetivo financiar programas que possam corrigir as assimetrias, principalmente nos países que apresentam maior fragilidade social.

Na área de ensino, que é objeto de interesse do presente artigo, foi instituído no âmbito do MERCOSUL em 2008, o Sistema de Acreditação Regional de Carreiras Universitárias – ARCU-SUL que estabelece critérios de qualidade para a educação superior nos Estados membros e que tem como propósito fomentar a circulação de pessoas e a cooperação internacional entre os sistemas universitários dos países do bloco.

Igualmente nesta perspectiva, e para citar outro exemplo importante de avanço da integração em aspecto não meramente mercadológico, a Comunidade Andina de Nações apresenta mecanismos mais avançados de integração, como o Tribunal de Justiça Andino e a Universidade Simão Bolívar da Integração, por exemplo.

O tratado constitutivo da UNASUL dispõe que se objetivo é “construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, outorgando prioridade ao diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, ao financiamento e ao meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade sócio-econômica, lograr a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco dos Estados.”

Uma integração que possa resultar em efetiva melhoria de vida para os povos de países com assimetrias profundas precisa de propósitos desafiadores, sob pena de mascarar a complexidade que existe em um processo que deve ser de verdadeira interseção e menos de proximidade política, sem contudo, ignorar toda a trajetória de cooperação já realizada.

Nesse sentido, dos vários aspectos que poderiam ser analisados para alcançar uma integração em outro sentido, pretende-se aqui analisar o papel da universidade como um dos elementos que podem contribuir para uma integração mais autêntica, mas que pressupõe uma discussão sobre o diálogo intercultural como instrumento hábil de compreensão do outro, sem imposição de valores apriorísticos.

Nessa perspectiva da integração faz-se necessário um espaço definido de encontro, de construção de conhecimento, em que se respeite toda a diversidade cultural da América Latina, de um espaço de troca de valores menos dependente das vontades governamentais. Inaugura-se assim a etapa atual da consciência latino-americana que é de consolidação da integração latino-americana e que aqui denomina-se de integração autêntica, cujo início é a recente criação da UNASUL e Comunidade da América Latina e do Caribe.

2. A interculturalidade como instrumento da integração

A busca de uma identidade latino-americana é tarefa complexa e que pode trazer resultados inócuos ou mesmo equivocados. Isso não quer dizer que não existam aspectos comuns capazes de aproximar os vários países, como por exemplo, aqueles traços característicos decorrentes de um passado colonial em comum, da heterogeneidade em razão de uma forte imigração europeia, de uma cultura indígena que é muitas vezes raiz da miscigenação. Mais do que buscar similaridades para justificar a necessidade de integração é preciso reconhecer que a riqueza da América Latina está exatamente em sua diversidade cultural.

No entanto, essa pluralidade é um dos desafios da integração porque os mecanismos de aproximação nunca serão suficientes se forem ignorados os processos culturais que nos fazem diferentes. Em outro sentido, as ações estatais direcionadas a implementar um desenvolvimento mais amplo e integrado precisam contemplar medidas de participação da sociedade civil, seja facilitando a mobilidade nas fronteiras ou criando espaços de aproximação cultural, aqui entendida em seu sentido amplo.

A integração não pode significar a imposição de valores ditos universais por parte dos países mais fortes economicamente, tampouco deve ser estratégia de imposição de fórmulas prontas para o Estado, a economia e o desenvolvimento.

No entanto, para alguns pensadores a integração é caminho para padronização cultural, especialmente voltada à promoção dos valores indispensáveis a expansão do capital. Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso compreende que a integração pressupõe uma convergência indispensável em cinco temas: “responsabilidade fiscal e monetária, prioridade à educação básica e à segurança pública, eficácia e segurança jurídica para os contratos e para o cumprimento dos direitos da cidadania, regras claras para o investimento privado, em especial em infra-estrutura e promoção da integração econômica, política e cultural com a região e com o mundo.”⁶

Em outras palavras o Estado de Direito, uma democracia meramente procedimental e uma concepção abstrata dos direitos humanos permearam por muito tempo o discurso da integração e continuam presentes nas relações internacionais como um todo.

Essa visão que se apresenta neutral e irreversível advoga um sentido universalizante para todo planeta, cujo instrumento de ação é a própria globalização da economia. A formação dos blocos regionais está inserida nesse contexto e por isso significou a liberalização de mercado como sua condição primária, mas como o liberalismo lidou com a diversidade cultural nesse processo de homogeneização?

O multiculturalismo aparece como uma das respostas iniciais a diversidade cultural que se intensificou no século XX e fornece caminhos para a contemplação da pluralidade cultural dentro de um marco de civilização específica: a ocidental.

No entanto, é preciso compreender se o multiculturalismo é capaz de fornecer subsídios para a fase de integração autêntica e se é suficiente para o contexto de diversidade cultural da América Latina. É necessário discorrer um pouco sobre isso.

Para Bhikhu Parekh⁷ a diversidade cultural para a sociedade ocidental pode ser resumida em três perspectivas: de grupos que apresentam práticas distintas da cultura que é compartilhada em sentido amplo, ou seja, compartilham os valores culturais, mas possuem estilos de vida diferente⁸; de grupos que são críticos com a forma cultural dominante⁹, que questionam os seus valores centrais; e de grupos que apresentam comunidades reservadas com seus próprios sistemas de crenças e práticas.¹⁰

As sociedades multiculturais são aquelas que englobam esses tipos de diversidade cultural e o multiculturalismo surge como opção para a coexistência desses grupos nas sociedades que até então possuíam forma homogênea de cultura¹¹ ou ao menos imaginava possuir. A forma de abranger os distintos grupos nessas sociedades é, segundo Charles Taylor, através das políticas de reconhecimento de identidades e das políticas de diferença.

Segundo ainda o mesmo autor, o multiculturalismo significou num primeiro momento a ampliação dos direitos e privilégios da cidadania para os indivíduos excluídos dela, como ocorreu como o movimento pelos direitos civis na década de sessenta nos Estados Unidos, para ampliar o direito de voto à população negra, por exemplo.

Para Charles Taylor esse reconhecimento de igualdade de diferentes categorias sociais “passou a ser universalmente aceito”¹². É a política de igual dignidade. Posteriormente, num segundo momento o

⁶CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento e identidade Latino-Americana. In: Nossa América: revista do Memorial da América Latina. nº 23, 2006, disponível em <<http://www.memorial.sp.gov.br/revistaNossaAmerica/23/port/55-debate.htm>. Acesso 03/03/2010.

⁷PAREKH, Bhikhu. Repensando el multiculturalismo: diversidad cultural y teoría política. Madrid: Istmo, 2005, p.16-17.

⁸Cujos exemplos são, segundo o autor, gays, lésbicas, mineiros, pescadores, executivos transacionais, artistas, entre outros.

⁹Como as feministas, as pessoas religiosas, os ecologistas, entre outros.

¹⁰Como os imigrantes recentes, os ciganos, as comunidades judias, povos indígenas, catalães, escoceses, entre outros.

¹¹PAREKH, Bhikhu. Repensando el multiculturalismo..., p.19.

multiculturalismo passou a dar origem a uma política da diferença (política da igualdade universal), pelo reconhecimento de identidades, das singularidades que foram ignoradas pela identidade dominante, o que pode incluir ações de compensação social, não aceita por muitos por se considerar um favoritismo não merecido.¹³ Trata-se do reconhecimento das identidades culturais que exigirão direitos específicos.

O problema do reconhecimento da dignidade ou de identidades é que há um pressuposto de universalismo dos valores ocidentais. A política da diferença também se baseia num potencial universal de formar e definir a própria identidade que, segundo Taylor, significa que “cada indivíduo respeite as culturas ‘evoluídas’”.¹⁴

A principal problemática dessa concepção é que o universalismo generalizante descaracteriza as diferenças e pressupõe valores hierarquicamente superiores, sem considerar a contribuição que a diversidade pode representar. Ademais, cria a cultura da tolerância e não do respeito pela compreensão das diferenças.

Portanto, como bem define Luis Villoro, o multiculturalismo não é propriamente uma doutrina elaborada, mas “es solo la expresión de una postura ética, política y jurídica nacida del despertar de una ilusión: el sueño del pensamiento occidental moderno¹⁵ que creyó que su concepción de razón y del bien era la única válida y que podía imponerla al resto del mundo.”

Se o multiculturalismo não é a resposta mais apropriada para contemplar a diversidade no processo de integração, é preciso, portanto, uma visão que permita abarcar a complexidade das relações culturais sem desconsiderar os elementos que fazem parte da diversidade cultural.

Nesse sentido, as propostas sobre interculturalidade tem se apresentado como uma alternativa interessante ao reducionismo do multiculturalismo. Destaca-se aqui dois autores espanhóis que podem auxiliar na compreensão da interculturalidade. Para Maria José Fariñas Dulce o diálogo entre culturas é possível sempre que se tenha como ponto de partida o respeito aos contrários. Para tanto, deve-se evitar as tentativas de homogeneidade e de imposição como faz o multiculturalismo liberal, cujo estratégia é a dominação e a superioridade cultural, para tentar como estratégia “la voluntad de compartir y de dialogar, transformando el pendular y tradicional conflicto dialéctico de enfrentamiento o choque de elementos contrarios en una tensión dialógica o en un diálogo dialógico y relacional.”¹⁶

O reconhecimento nesse caso não é uma política de aceitação unilateral porque deve ser recíproco permitindo que “las diferentes culturas y las diferentes identidades sociales, étnicas, políticas, religiosas, de género o sexuales puedan gestionar y preservar su propia identidad, tanto desde un punto de vista político, religioso, social y cultural, como también desde una perspectiva económica.”¹⁷ Dessa forma, se constrói a possibilidade de um universalismo a posteriori, um universalismo do reconhecimento recíproco, do cosmopolitismo.

Por outro lado, a interculturalidade não significa a defesa plural de variados localismos que não se encontram e que também constituem um universalismo de retas paralelas, porque resiste ao universalismo colonialista a partir dos mesmos pressupostos, para a imposição de uma forma de ver o mundo, como explica Joaquin Herrera Flores.¹⁸

Para o autor, adotar o localismo ou relativismo como resposta ao universalismo hegemônico é adotar a postura nativista, aquela que absolutiza as identidades, do latino-americano, do feminismo, da negritude, do ocidental, por exemplo, e que podem conduzir a um enfrentamento entre indivíduos, o que

¹²TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. (Org) Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p.58.

¹³Ibidem, p.58-59.

¹⁴Ibidem, p.62.

¹⁵VILLORO, Luis. Los retos de la sociedad por venir: ensayos sobre justicia, democracia y multiculturalismo. México: FCE, 2007, p.200.

¹⁶FARIÑAS DULCE, María Jose. La tensión del <pluralismo> desde la perspectiva filosófica intercultural. Revista del Instituto Bartolomé de Las Casas, ano 8, nº 12, 2000, p.221.

¹⁷Ibidem, p.203.

¹⁸HERRERA FLORES, Joaquín. Las reinvencción de los derechos humanos. Sevilla: Atrapasueños, 2008, p.151

é próprio do multiculturalismo que absolutiza as diferenças e dissipa as relações hierárquicas que ocorrem entre as mesmas.¹⁹

Por esta razão, o multiculturalismo não é capaz de apresentar uma estratégia contra-hegemônica porque aceita a predominância de uma cultura universal e estabelece com as políticas afirmativas para que as demais culturas possam se aproximar da cultura hegemônica, mas sempre respeitando a devida hierarquia.²⁰

Nesse sentido, é preciso avançar para um universalismo de contrastes, de entrecruzamento, de mesclas, de forma impura, que permita “...crear condiciones para el desarrollo de las potencialidades humanas, de un poder constituyente difuso que se componga, no de imposiciones o exclusiones, sino de generalidades compartidas a las que llegamos, no desde las que partimos.”²¹

Essa prática cultural permite uma resistência ativa a tudo que se coloca contra a impossibilidade de compreender e se relacionar com o outro, não com o objetivo de buscar a negação pela diferença, ou seja, sem sobreposição de culturas, mas sim pelo entrelaçamento dos variados aspectos culturais.

O diálogo intercultural não se propõe a encontrar um acordo absoluto, que permita minimizar as diferenças, e que ao final se coloque como universal. É preciso pois encontrar um critério que proíba a adoção de teorias ou práticas sociais como regras gerais, ou que permita a universalidade em sentido concreto e não abstrato, ou seja, que não significa a imposição de determinada forma de cultura.

Nessa etapa de integração autêntica em que os desafios são ainda maiores, é preciso olhar o outro sem o paternalismo típico de quem se coloca em posição de superioridade, mas sim em termos de possibilidades iguais de compreensão, estando aberto às possibilidades que podem decorrer desse encontro, pois a riqueza humana não possui limites, inclusive pelas possibilidades que pode resultar das práticas interculturais.

Para tanto, umas das condições essenciais do diálogo intercultural é a criação de ambiente de troca, da interação, da mobilidade, da circulação de pessoas. Um dos ambientes mais propícios, mas não o único, para essa interação é a Universidade, que por sua própria origem e função promove um espaço de encontro. Como fazer da Universidade um espaço para a integração da América Latina e para a promoção do diálogo intercultural é o que será debatido na última seção.

3. A Universidade como entidade propulsora da Integração: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

A proposta de alavancar os processos de integração a partir da educação não é uma novidade relacionada aos blocos regionais mais recentes. Já na década de sessenta Felipe Herrera falava em um mercado comum do conhecimento criado com recursos provenientes da redução dos gastos militares.²² O termo mercado comum demonstra bem a influência economicista do primeiro movimento pela integração, como já citado na primeira seção deste artigo.

O processo de internacionalização das Universidades na América Latina tem início em 1949 com a criação da União das Universidades Latino-Americanas – UDUAL que embora não estivesse em sua origem vinculada a nenhum projeto de integração foi um passo importante para fomentar as relações entre as Universidades, iniciando um intercâmbio de conhecimento e valorização da América Latina que subsiste até os dias de hoje.

Na V Assembleia da UDUAL em 1967, no entanto, o papel das Universidades no processo da integração foi estabelecido, ao definir que as Universidades devem assumir um papel de liderança no processo de integração da América Latina. A Assembleia adotou uma Resolução específica sobre o papel das Uni-

¹⁹Ibidem.

²⁰Ibidem.

²¹Ibidem, p.152.

²²PINEDO, Javier C. Felipe Herrera y su proyecto de integración latinoamericana: apuntes para una biografía intelectual. Revista Universum, nº 24, vol.1, I Sem. 2009, p.162-180.

versidades para a integração, recomendando, entre outras ações: que fossem criados centros de investigação comum entre várias universidades; a intensificação do intercâmbio de professores e alunos, com a facilitação da homologação dos títulos de graduação; a criação de centros multinacionais especializados na cultura latino-americana; que as Universidades promovam a revisão dos textos de história para contribuir com a formação da consciência integradora da América Latina e especialmente que a integração não constitua uma esquemática e empobrecedora síntese de aspirações comuns, senão que se realize em detrimento do tesouro cultural de cada país.²³

A UDUAL estabeleceria assim as diretrizes básicas para que as Universidades tivessem papel ativo no processo de integração, verificando, inclusive, que estas possuem função crucial para a formação da consciência integradora da América Latina e devem por essa razão assumir seu papel de liderança.

A criação de redes entre universidades foi tendência comum para o avanço da internacionalização²⁴. Em âmbito regional a Associação de Universidades do Grupo de Montevideu – AUGM em 1991 foi criada para contribuir especificamente com o processo de integração regional na América do Sul estimulando principalmente a mobilidade acadêmica e a homogeneização dos sistemas de ensino, pois tem por finalidade principal “impulsionar o processo de integração através da criação de um espaço acadêmico comum ampliado, tendo por base a cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural entre todos seus membros”, conforme seu Estatuto.

Os esforços de aproximação das universidades latino-americanas são imprescindíveis para aprofundar os sistemas de integração vigentes especialmente porque permitem o intercâmbio de pessoas, de informação, criando uma cultura integracionista que independe das vontades governamentais. Os desafios continuam grandes dada a dificuldade que ainda existe para a circulação de pessoas e do reconhecimento mútuo de títulos universitários, além de todos os problemas estruturais que dificultam o acesso das pessoas às universidades e que são decorrentes da questão social.

De qualquer forma, é forçoso avançar, indo além das redes inter-universitárias, construindo um espaço para a formação de graduação e pós-graduação exclusivamente vocacionadas para a integração, que preparem profissionais capazes de pensar a América Latina em sentido amplo, apontando soluções para seus problemas estruturais. Em um plano ideal esses cursos seriam oferecidos em uma única Universidade, onde os programas fossem pensados de forma interdisciplinar, pois os problemas que aprofundam as crises sociais na América Latina possuem causas complexas, cujas respostas dependem de variados campos de conhecimento.

Essa Universidade já é realidade e foi recentemente criada pelo governo brasileiro que sancionou em janeiro de 2010 a Lei que institui a Universidade Federal da Integração Latino – Americana – UNILA. A ideia de uma Universidade voltada para a Integração latino-americana foi sendo desenvolvida a partir da Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do Mercosul. O propósito inicial era a criação de uma Universidade do Mercosul, que seria multicampi e formaria especialistas em integração. Mas o projeto para a criação de uma Instituição intergovernamental não surtiu os resultados esperados e não pode ocorrer no âmbito do Mercosul.

Diante das dificuldades, o governo brasileiro toma unilateralmente as medidas que resultariam na criação da Unila. Como caminho preparatório criou o Instituto Mercosul de Estudos Avançados – IMEA voltado para a pesquisa sobre integração em nível de pós-graduação e nomeou a Comissão de Implantação da Unila em 2008 que teve por objetivo preparar as ações de constituição da nova Universidade, bem como delimitar a filosofia de uma Universidade voltada para a Integração.

²³TÜNNERMANN BERNHEIM, Carlos. América Latina: identidad y diversidad cultural. El aporte de las universidades al proceso integracionista. In: Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. UNILA: consulta internacional. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da Unila. IMEA: 2009, p.45.

²⁴Outra importante iniciativa é a UNICAB – rede de Universidades para a integração criada no âmbito do Convênio Andrés Bello em 2008 e que tem por finalidade a cooperação solidária e ajuda mútua para o fortalecimento de um espaço comum da educação superior voltados para o tema da integração.

A Unila é portanto uma Universidade Federal brasileira mas que apresenta características completamente distintas das tradicionais Universidades Federais. Primeiramente porque é uma Instituição bilíngue, sendo o português e o espanhol suas línguas oficiais. Outro diferencial é a composição do corpo discente e docente, pois a Instituição ofertará metade de suas vagas a alunos latino-americanos e terá em seu quadro de professores igual proporção de latino-americanos. Sediada em Foz do Iguaçu, a nova Universidade oferecerá a partir do segundo semestre de 2010 cursos de graduação e pós-graduação.

Essa composição é um dos critérios essenciais para a prática do diálogo intercultural, mas não suficiente se não forem observados uma estrutura administrativa também diferenciada, construída e pensada de forma a permitir permanentemente a interdisciplinaridade entre os cursos.

Outro ponto de inflexão é a composição da grade curricular e a própria finalidade dos cursos que serão ofertados, pois todos nascem vocacionados e direcionados para a integração. O conhecimento sobre a América Latina será parte de um ciclo básico de 1 (um) ano comum a todos os cursos, onde serão compreendidos os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos que caracterizam a América Latina.

Todas as áreas do conhecimento serão de alguma forma contempladas e os cursos estão sendo elaborados a partir das áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos. A previsão é que atenda 10 mil estudantes com um corpo docente de 500 professores.

Um projeto desta envergadura requer uma operação diretiva cuidadosa e que contemple as expectativas de todos aqueles que se compreendem comprometidos com a integração²⁵. Esse trabalho vem sendo feito desde o funcionamento da Comissão de Implantação que a exemplo do que fizera Darcy Ribeiro por ocasião da criação da Universidade de Brasília encaminhou uma consulta internacional com especialistas de várias áreas de conhecimento para receber contribuições sobre o perfil da nova Universidade.²⁶

Essas experiências estão sendo consideradas nas atividades de definição do projeto pedagógico, de elaboração dos cursos e de toda a filosofia pedagógica da Universidade. A fase atual é de consolidação de todas as diretrizes para que se possa cumprir os objetivos da Unila, previstos na Lei 12.189/2010 em seu artigo 2º:

Art.2º. A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

§ 1o A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2o Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.

Para alcançar esses objetivos é preciso pensar e construir um projeto de qualidade, como vem sendo feito. Colocar as primeiras pedras de forma certa significa construir os alicerces seguros da integração, para que no futuro a Universidade esteja preparada para as mudanças, mas sem perder seu rumo.

Nas palavras de Helgio Trindade “Uma universidade com tal missão necessita ter a capacidade de

²⁵Para verificar as etapas da implantação da Universidade consultar: Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina. IMEA: 2009.

²⁶Publicadas no livro: Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. UNILA: consulta internacional. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da Unila. IMEA: 2009.

estabelecer um equilíbrio dinâmico entre pertinência social, qualidade acadêmica e equidade. É fundamental projetá-la para as próximas décadas a fim de assegurar sólidas bases de sua permanência no tempo e no espaço.”²⁷

Para tanto, um dos pilares do projeto é a interculturalidade. Uma Universidade que receba alunos e professores de graduação e pós-graduação de todas as partes da América Latina propiciará um encontro de diversidades.

Nesse sentido, o ambiente universitário da Unila não poderá se resumir em um espaço multicultural, apenas de tolerância das diferenças por meio de uma política de reconhecimento, de respeito às individualidades, onde não há interseção cultural.

Ao contrário, a máxima de que a sua liberdade vai até onde começa a do outro, reflete uma lógica individualista, isolada do contexto e da coletividade, própria de uma concepção mercadológica do comum.

A interculturalidade pressupõe um diálogo onde não há hierarquia entre as diferentes culturas, que não se resume na soma de identidades e sim na construção de valores em comum. Isso deve ser realidade em todos os níveis da instituição, seja nas relações docentes, discentes e administrativas, enfim em todo o complexo de relações que se desenvolvem em uma Instituição de Ensino.

A metodologia em sala de aula não será a bancária, pois deverá valorizar a experiência de cada um, sua concepção de mundo, sem perder o foco da formação.

Por todas essas razões a Unila é um grande projeto que começa a se tornar realidade. O protagonismo da Universidade no processo de integração, como já havia sido previsto na década de sessenta pela UDUAL, ganha uma importante Instituição, que poderá aprofundar o trabalho das redes universitárias, contribuindo com a valorização do conhecimento latino-americano.

4. Considerações Finais

A história recente da América Latina registrou uma tendência de auto-valorização das próprias capacidades que se refletiu na eleição de governos com projetos políticos mais independentes e por consequência vocacionados para a cooperação intra-regional, como é o caso da Bolívia, Equador, Venezuela, Peru, Argentina, Chile e Brasil.

A Associação de Livre Comércio das Américas – ALCA não teve condições de prosperar e outras propostas mais independentes foram ganhando projeção nas relações latino-americanas, a ALBA, a UNASUL e a Comunidade da América Latina e Caribe - CALC são marcas de uma época em que a América Latina retomou o rumo da sua própria história.

O sentido da integração também se alterou de forma vertiginosa. A integração não pressupõe mais ações delimitadas para a liberalização do mercado. A UNASUL e a CALC tem propósitos mais autênticos e profundos, mais comprometidos com a realidade latino-americana e estabelece um projeto de integração que possui identidade própria.

A integração autêntica também depende do desenvolvimento da Universidade como propulsora das práticas interculturais que contribuam para o aprofundamento da integração.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila é a única instituição do continente a ofertar cursos de graduação e pós-graduação vocacionados para a integração e que contempla a possibilidade real de intercâmbio duradouro de alunos e professores provenientes de toda a América Latina.

É um passo irrevogável rumo a uma integração mais humana e menos mercadológica, cujos custos seriam caros ao Brasil caso se adotasse uma política avessa ou tímida em relação ao continente, como já ocorreu no passado.

Bibliografia

²⁷TRINDADE, Helgio. UNILA: Universidade para a Integração Latino-Americana. In: Revista Nueva Época: Educación Superior y Sociedad. Año 14. n° 1, 2009, p.151.

- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento e identidade Latino-Americana. In: Nossa América: revista do Memorial da América Latina. nº 23, 2006, disponível em <<http://www.memorial.sp.gov.br/revistaNossaAmerica/23/port/55-debate.htm>. Acesso 03/03/2010.
- DREIER, John C. A Organização dos Estados Americanos e a crise no hemisfério. Tradução: George Gurjan. Rio de Janeiro: GRD, 1964.
- FARIÑAS DULCE, María Jose. La tensión del <pluralismo> desde la perspectiva filosófica intercultural. Revista del Instituto Bartolomé de Las Casas, ano 8, nº 12, 2000.
- HERRERA FLORES, Joaquín. Las reinvencción de los derechos humanos. Sevilla: Atrapasueños, 2008.
- KAPLAN, Marcos. El Estado Latinoamericano. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1996.
- MAYOBRE, José Antonio. Hacia la integración acelerada de América Latina: proposiciones a los presidentes latinoamericanos. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- PAREKH, Bhikhu. Repensando el multiculturalismo: diversidad cultural y teoría política. Madrid: Istmo, 2005.
- PINEDO, Javier C. Felipe Herrera y su proyecto de integración latinoamericana: apuntes para una biografía intelectual. Revista Universum, nº 24, vol.1, I Sem. 2009, p.162-180.
- TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. (Org) Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- TRINDADE, Helgio. UNILA: Universidade para a Integração Latino-Americana. In: Revista Nueva Época: Educación Superior y Sociedad. Año 14. nº 1, 2009, p.149-153.
- TÜNNERMANN BERNHEIM, Carlos. América Latina: identidad y diversidad cultural. El aporte de las universidades al proceso integracionista. In: Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. UNILA: consulta internacional. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da Unila. IMEA: 2009, p.44-61.
- VILLORO, Luis. Los retos de la sociedad por venir: ensayos sobre justicia, democracia y multiculturalismo. México: FCE, 2007.